

O circo social como ferramenta de resistência a necropolítica em Goiás: uma abordagem antro-po-histórica da Escola de Circo Dom Fernando no município de Goiânia de 2018 a 2020

YORDANNA RÊGO*

NORTHON CHAPADENSE PEREIRA**

Resumo: Este artigo tem como proposta analisar a violência contra jovens negros e negras empobrecidos de uma região do município de Goiânia-GO. A discussão perpassa pelos aspectos do circo moderno; Popular: Social; Escola; a Rede Circo do Mundo e o Serviço Social no Circo), com recorte ao enfrentamento da violência de afrodescendentes direcionando o olhar para uma questão histórica, social e seus desdobramentos culturais. O texto busca dar ênfase a perspectiva de pesquisadores e pesquisadoras negras acerca de um panorama histórico-cultural e antropológico das fontes e dos fatos para que alcancemos escritores e leitores um olhar diferenciado sobre racismo, preconceito, racismo estrutural e como o Serviço Social pode contribuir para a transformação de uma sociedade multiétnica onde um dos troncos culturais de nosso país. As pesquisadoras pretendem apresentar no texto propostas de ações antirracistas sejam elas sociais, educacionais, governamentais almejando uma quebra de paradigmas culturais.

Palavras-chave: Adolescência; Necropolítica; Circo Social; Racismo estrutural; Ação Afirmativa.

The circus and the school as a tool for racial resistance in the confrontation with necropolitics

Abstract: This article aims to analyze the violence against young impoverished black men and women in a region of the city of Goiânia-GO. The discussion goes through aspects of the modern circus; Popular: Social; School; the World Circus Network and Social Service in the Circus), focusing on the confrontation of violence against Afro-descendants directing the look to a historical, social and its cultural unfoldings. The text seeks to emphasize the perspective of black researchers about a historical, cultural and anthropological panorama of sources and facts so that we can reach writers and readers with a differentiated look on racism, prejudice, structural racism and how Social Service can contribute to the transformation of a multi-ethnic society where one of the cultural trunks of our country. The researchers intend to present in the text proposals for antiracist actions, be they social, educational, governmental, aiming at a break of cultural paradigms.

Key words: Adolescence; Necropolitics; Social circus; Structural Racism; Affirmative Action.



* YORDANNA RÊGO é Graduada em História pela Universidade Federal de Goiás, Mestra em Antropologia Social/PPGAS-UFG.



** NORTHON CHAPADENSE PEREIRA é Mestre em Ciências da Religião na Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC Goiás.

Introdução

Estamos no mês de novembro, para todos afrobrasileiros que se declaram pretos no último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010 e que estão sendo entrevistados em 2022 compreende o que é o 20 de novembro para os afrodescendentes brasileiros, o Dia Nacional da Consciência Negra marcando a morte do líder antiescravagista Zumbi dos Palmares. Torna-se relevante lembrar que os movimentos negros no Brasil desde o século XIX apresentam aos governantes reivindicações para a população Negra. No século XX a escravidão é discutida em três grandes conferências mundiais promovidas pela Organização das Nações Unidas - ONU, mas foi na III Conferência em Durban na África do Sul em 2001 que foi solicitada reparação aos estados nacionais que utilizaram mão de obra escrava para impulsionar suas economias pelo documento Declaração e Plano de Ação (BRASIL, 2001), agora essas reparações estão sendo solicitadas por ações afirmativas listadas em um grande documento chamado Relatório Final de Durban.

Para Pereira. N. C. (2006, p.68) O Estado brasileiro, desde o início da escravização de africanos no Brasil colônia (1850) criou leis que não atendiam de forma eficaz os anseios do fim da exploração da mão de obra negra. Essas leis sem garantir uma cidadania Negra no Brasil, permitiram aos historiadores identificar o “racismo institucional” nesse país. Pois o descaso era tão grande que só atendia aos interesses do homem branco escravocrata. Em 2001 em Durban na África do Sul PEREIRA (2006, p.68) descreve esse momento confirmando um movimento de reivindicações desta forma,

Mas após a III conferência mundial, a comissão brasileira formada por ativistas militantes dos movimentos negros e cientistas do governo federal elaborou propostas para uma reformulação legislativa nos três níveis do Estado abrangendo a sociedade civil e as instituições do segundo e do terceiro setor. Esse relatório propõe ações governamentais iniciando com medidas de ações afirmativas para formação profissional e educacional da sociedade para que possam ser aplicadas as leis, os programas e as ações de promoção da igualdade racial. PEREIRA. N. C. (2006, p.68)

Nesse relatório são apresentadas propostas de ações por áreas de ministérios, pastas específicas como Educação, Saúde, Transporte, Segurança Pública, Emprego e Renda, Saneamento Básico e outras. Segundo a Doutora em Educação Maria Rita Santos apresenta em seu artigo Movimentos negros e ações afirmativas no ensino superior: resistências, diálogos e conquistas no Sul da Bahia (SANTOS, E. P., 2022) uma trajetória de como foi a mobilização de Movimentos Negros locais para criar uma articulação de sujeitos negros pesquisadores e líderes locais para sugerir ações para serem apresentadas nas conferências estaduais. Nesta revista Espaço Acadêmico - n.237/2022 a pesquisadora (SANTOS, 2022) cita Alberto GONÇALVES que argumenta assim,

Nessa perspectiva, são diversas as formas de organização e articulação de sujeitos negros, politicamente, posicionados na luta contra o racismo e a discriminação racial visando superá-los, com ações políticas de enfrentamentos numa sociedade desigual como a brasileira. O processo de formulação de Políticas de Ações Afirmativas, tanto no âmbito nacional, como local resulta de uma

luta histórica, permanente e contínua de Movimentos Negros, envolvendo o apoio da comunidade e outros intelectuais antirracistas que se posicionam e atuam pública e politicamente contra desigualdades raciais. Sem os quais, as pautas do racismo e discriminação racial sequer teriam sido mencionadas nas agendas das políticas públicas brasileira. (GONÇALVES; SILVA, 2005).

Mesmo que (SANTOS, E. P., 2022) esteja refletindo sobre o estado da Bahia a pesquisadora faz uma reflexão atual sobre o que estava acontecendo ao mesmo tempo em todos os estados brasileiros, líderes, pesquisadores brancos e negros se mobilizaram para construir propostas de ações governamentais e sociais para serem discutidas, aprovadas e levadas para a conferência nacional sobre o racismo. Sendo assim, o Governo brasileiro criou uma comissão nacional para representar o Brasil na Conferência de Durban na África do Sul, essa comissão foi formada por mais de 400 pessoas na delegação brasileira; naquele evento a comissão brasileira foi a maior entre os 173 países que foram listados.

Neste contexto a monografia da autora Emiliana apresenta um pouco do desdobramento dessas ações, onde movimentos sociais utilizam das sugestões da Conferência de Durban para fortalecer seus argumentos teóricos sobre as reparações necessárias para jovens negros e negras que são atendidos na escola de artes no bairro Dom Fernando para garantir seus direitos. Utilizam o circo como ação de resistência a uma estrutura governamental que historicamente vem excluindo afrodescendentes de seus direitos fundamentais como educação, emprego, renda, moradia própria, segurança alimentar, marginalizados

pelo preconceito mantido por um racismo estrutural que necessita ser confrontado para ser modificado. Para aprofundar sobre o papel do circo como recurso de ação antirracista, vamos apresentar nas próximas páginas como o circo social pode ser utilizado para o enfrentamento da violência.

Abordaremos a pesquisa em destaque a partir do que nos fundamenta o arcabouço teórico feminista negro. Buscando também articular em análise, História e Antropologia, na intenção de ampliar as ferramentas analíticas diante da necropolítica vivenciada por pessoas negras, em Goiás. Uma vez que compreendo a escrevivência, metodologia usada pela autora, como um transbordamento do método auto etnográfico. Que obviamente, não está restrito à Antropologia, porém é nela que ele é amplamente utilizado. E se define como “o estudo das experiências humanas a partir de uma experiência pessoal” (Goldman, 2006, p. 167 apud Uriarte 2008, p. 4). E também por ser “uma forma de nos aproximarmos da realidade que nos propomos estudar e entender” (Uriarte, 2008, p. 4).

Trata-se, antes, de propor que tal postura não se limite ao conhecimento local, indo além e procurando compreender por meio de que processos as teias de significados são tecidas. Ou seja, é preciso situar tais processos não apenas no espaço, mas também no tempo histórico, do que resulta certamente um outro tipo de construção teórica e metodológica. (Bueno, 2007 p. 489; RÊGO, 2021b)

Sobre o enfrentamento da violência e o circo social

O conceito de necropolítica tem sua fundamentação em políticas governamentais de exclusão e segregação racial utilizando a repressão policial exercida diariamente contra crianças, jovens, adultos e idosos negros e ou afrodescendentes empobrecidos. Segundo o filósofo Achille Mbembe, o termo necropolítica está ligado a práticas do Estado na viabilização e promoção de mortes por ações com interesses capitalistas escolhendo quem pode ou não viver, segundo (SANTOS, E. P., 2020) “A necropolítica é a participação dos agentes do Estado na produção da morte, podendo decidir “quem vive ou quem morre” na ideologia do “bandido bom é bandido morto”.” Mbembe afirma que... “O Estado exerce a soberania mantendo seu controle e poder sobre o povo pela repressão, violência, morte e terror reproduzidos por seus representantes militarizados” (MBEMBE, 2016, p. 135)

Segundo (SANTOS, E. P., 2020) “perpetuando a violência presente no período escravagista até os dias atuais.” essa autora apresenta em sua monografia afirmando existir um extermínio da juventude Negra em bairros empobrecidos seja por violência policial, narcotráfico, descompromisso com as comunidades de periferias nas cidades brasileiras. Já a Assistente Social e CARVALHO, Luiza S. pela UnB defende que,

A miséria que assola famílias negras nas periferias, favelas e comunidades do país, encontra sua gênese, na escravatura. Dessa forma o genocídio antinegro, se reproduz no solo fértil da exploração capitalista sobre os corpos, que encontra nos negros a negação da humanidade que nos é tão cara

principalmente em tempos de crises. (CARVALHO, 2019, p.05)

Para CARVALHO, Luiza S. A máquina do Estado orchestra um engrenagem de violência a pessoas racialmente selecionadas pelo racismo, ações complexas conduzidas e influenciadas por um mecanismo ideológico que ao mesmo tempo oculta o racismo estrutural pelo Estado que mantém separados grupos étnicos no Brasil. Segundo Mbembe descreve ser muito mais perigoso pois o racismo velado influencia toda uma sociedade, e assim o racismo não tem rosto e nem um local específico,

“Se tiver rosto, será apenas um rosto velado, um simulado de um rosto. E se tem nome, é um nome emprestado – um falso nome cuja função principal é a dissimulação. Avançando, tanto mascarado como a descoberto, está entre nós, à nossa volta (MBEMBE, 2018, p 20).

Para Denise Pacheco a a polícia e suas formas de abordagem durante suas rondas nos bairros periféricos penaliza e condena o jovem negro, empobrecido ou não, a responsabilidade da segurança pública é a instituição estatal, governamental, que não cria normas de conduta humanizada, impondo práticas de homicídios e terror no convívio social urbano penalizando toda uma enorme fatia da sociedade brasileira,

A abordagem policial nos bairros periféricos penaliza a população negra e pobre. Os responsáveis em garantir a segurança pública são os que impõem o terror no cotidiano dessas famílias. Eles trazem a insegurança e o medo dos agentes do Estado quando chegam para as patrulhas com olhar e ações intimidadoras, coagindo cidadãos trabalhadores, mães de família, estudantes que vivem momentos de angústia e incertezas de como

resultará a ação policial (PACHECO, BUENO, 2020).

Agora, para Jessé Souza, às mortes que não são registradas, investigadas, que não são incluídas em dados estatísticos, estão neste contexto ampliando a impunidade de policiais e omitindo a responsabilidade do Estado, estimulando essas práticas homicidas tornando o povo jovem e negro vítima como se fosse um inimigo da ordem pública. Neste panorama de carnificina as desculpas e justificativas são parecidas e recorrentes em relatórios contendo os termos: “eram suspeitos, estavam portando algum objeto suspeito, troca de tiros ou supostos confrontos entre facções, grupos rivais ou com policiais que resultam na trágica perda de vidas” (MELLO, 2014).

O racismo

Segundo PEREIRA, N. C. (2006) defende que o racismo é um fenômeno recente na história da humanidade, desde o Renascimento na Europa para cá que foi criada várias ideologias para justificar a exploração e dominação de um grupo para trabalhos com ideias de uma raça superior,

O racismo origina-se da elaboração e da expansão de uma doutrina que justificava a desigualdade entre os homens, utilizando ideologicamente o poder imposto para manter a desigualdade entre as raças humanas com atenção a inferioridade

intelectual e cultural do conquistado ou escravizado. Essa doutrina tentava justificar as diferenças de posição social, separação espacial e a desigualdade de direitos entre colonizador e colonizado, entre conquistadores e conquistados, entre senhores e escravos e, mais tarde, entre os descendentes destes grupos incorporados num mesmo Estado nacional. PEREIRA, N. C. (2006. p.68)

E se especializa ao se articular interseccionalmente com outros marcadores sociais, produzindo violências difusas. Como aponta Rêgo (2021a; 2021b) ao ensaiar a categoria analítica afronecrotrofobia¹. Para nomear, a violência sofrida por pessoas negras trans e travestis. E ainda denunciar o genocídio trans e travesti no Brasil², como extensão do projeto de genocídio da população negra no país.

Segundo SANTOS, R. C. (2019), “As transformações sócio-econômicas e políticas na Europa no final do século XVIII influenciam também transformações políticas e econômicas no Brasil,...” e hoje essas transformações estão permitindo que a sociedade civil se organize cada vez melhor numa resistência a necropolítica em Goiás. Para Emiliana, “o preconceito se alimenta dos estereótipos reproduzidos diariamente de forma massificada pela mídia.” (SANTOS, E. P., 2022, p. 36), esses estereótipos tipifica a comunidade

¹ Por afronecrotrofobia se entende como conjunto de técnicas e políticas de extermínio efetuadas pelo Estado, mas não só por ele, que parte de atributos que qualificam e distribuem os corpos com identidades trans em uma hierarquia que lhes retira a possibilidade de reconhecimento como humanos e que, portanto, devem ser eliminados. A Afronecrotrofobia é uma política de extermínio real e simbólico de pessoas negras de identidade trans e negras, políticas que afetam o viver e tiram a vida. Tira da família, da escola e dos espaços públicos de

lazer, cultura e esporte, restringe as redes de afeto e apoio, tira do mercado de trabalho, relegando a prostituição e subempregos. Tira a dignidade ao esvaziar a eficiência e eficácia das poucas e precárias políticas públicas direcionadas à população. (RÊGO, 2021)

² Ao destrincharmos as estatísticas apresentadas pelos Dossiês dos Assassinatos e da violência contra as pessoas trans, nos deparamos com 82% das pessoas trans e travestis violentadas e mortas no Brasil sendo negras. (RÊGO, 2021) <https://antrabrazil.org/assassinatos/>

Negra reforçando a discriminação e a agressividade reforçada pela rejeição pela sua condição de inferiorizado, empobrecido, ex-escravizado, desonesto, perigoso e feio. Estereótipos que reforçam o racismo, o preconceito e a discriminação racial. Segundo Jessé Souza apresenta uma comparação entre superior x criminoso, tipificando o jovem Negro como delinquente,

O negro e o excluído são vistos pelas classes “superiores” como desonestos e ingênuos, posto que apoiam governos corruptos. Já pelos outros segmentos populares, logo acima deles, são vistos como criminosos e delinquentes. Como o negro e o excluído ocupam o último degrau na classificação social, todas as classes acima deles podem se distinguir socialmente e lhes auferir uma sensação de superioridade, seja a partir do discurso fajuto do combate moralista à corrupção, seja a partir da construção do estereótipo do delinquente (SOUZA,2020, p.181-182).

Para que possamos aprofundar sobre o jovem Negro e o circo vamos ter que refletir sobre suas famílias, sobre a pobreza e uma vulnerabilidade social provocada pela exclusão que as expõem a outras violências como físicas, psicológicas, morais, financeiras, padrões que impõe uma falsa superioridade ideológica da burguesia,

“...A violência sofrida por esses setores perpassa a violência física e também a violência psicológica, que, atrelada à desigualdade intrínseca a essa população, se torna invisível e inaceitável aceitável na lógica da burguesia. É preciso desconstruir esses padrões e reconhecer que mais do que corpos, são vidas, vidas que sonham, cheias de potencialidades que não são reconhecidas (ARAÚJO,2019).

... A situação de pobreza e consequente exclusão e vulnerabilidade social gera o crescente número de crianças e adolescentes em situação de rua no país. Sem um teto, buscam moradia em ambientes insalubres, expostos a todo tipo de violação, como exploração sexual, trabalho infantil, drogas e crime (SOUZA,2017).

Para SOUZA, 2017) “Um povo excluído pela desigualdade e subcidadania. Um fenômeno que está diretamente arraigado ao histórico de violência estruturado na gênese brasileira.” onde o empobrecido, preto e estereotipado pela sociedade torna se mais excluído por um fenômeno construído e enraizado pela falta de compromisso governamental que perdura historicamente uma violência com vários tentáculos estruturado na sociedade brasileira que sobrevive sob forte repressão. Nos próximos parágrafos vamos apresentar como está configurado o circo e como ele pode ser uma atividade lúdica e cultural para tentar desconstruir os danos de um racismo estrutural.

O circo social, popular e o circo escolar

Como apresentamos nos parágrafos acima uma grande rede de ações governamentais planejadas e desenvolvidas por séculos para orquestrar um racismo estrutural usado para impedir uma grande fatia da sociedade com requintes de crueldade contra jovens Negros e Negras. Essa juventude específica reside nos bairros afastados do centro, mais especificamente na periferia do centro das cidades, sobrevivem com privações de vários serviços públicos como: lazer, segurança pública, segurança alimentar, educação de qualidade, esporte, qualificação profissional. Carece de projetos e ações sociais que venham

suprir o fortalecimento familiar e pessoal e psicológico como a autoestima.

Neste todos esses serviços públicos previne ou afasta a juventude Negra das drogas e de várias formas de violência, fortalece as famílias e amplia o emprego, a renda e toda uma sociedade ferida pelo racismo estrutural. É fato que a educação e a Educação fazem uma grande diferença para o sucesso dessa juventude; a necessidade tardia de projetos governamentais para a promoção social efetiva para jovens Negros brasileiros. Serão necessários centenas de pequenos projetos artísticos, educacionais, profissionalizantes, para serem autuados nas famílias de toda uma sociedade residente nas periferias.

Um desses projetos é o circo como ação social, um circo popular que alcance esses jovens nas periferias de todas as cidade brasileiras e por que não até no campo. Neste panorama vale lembrar que o circo Social é uma vertente do circo no Brasil em 2003 quando foi criada a “Rede Circo do Mundo Brasil formada por projetos que trabalham com circo social através de uma articulação de organizações não-governamentais que investem na arte-educação” (LOBO, Lilia Ferreira; CASSOLI, Tiago. 2006. p.62), assim foi criada como uma alternativa eficaz para desenvolver várias habilidades nas crianças e jovens, em especial as negras de famílias de baixa renda ou abaixo da linha da pobreza no Brasil.

Com o objetivo da “...inclusão de jovens das periferias através das artes do circo; Partindo da experiência profissional com arte circense de um dos autores, procuramos relacionar saberes do circo com tecnologias sociais disciplinares.” (LOBO, Lilia Ferreira; CASSOLI, Tiago. 2006. p.62). Surge então uma aliança do circo social com a filantropia para garantir que o processo educativo

seja realmente eficaz agregando novas artes como instrumentos de transformação do ser Negro,

Hoje, sabemos que o circo social, além de compor-se com uma variedade de práticas colocando em ação técnicas de circo, teatro, música, capoeira e as inúmeras artes nordestinas, busca fundamentos nos saberes da pedagogia, da psicologia, das ciências sociais e no direito (Estatuto da Criança e do Adolescente). Em face deste quadro, que subjetividades vêm sendo produzidas nas práticas de circo social? Constata-se que, com o surgimento do circo social, ocorre outra transformação radical do que foi o circo até então, tendo sido introduzido o caráter específico de suas práticas atuais: a filantropia. (LOBO, Lilia Ferreira; CASSOLI, Tiago. 2006. p.63)

Com esse panorama desde os anos de 2003 o circo social vem se tornando cada vez mais eficaz no enfrentamento da violência. Tudo isso foi possível porque a academia e a filantropia aproximaram a ciência Serviço Social a essa atividade para desenvolver as ações disciplinares apontadas na citação acima. No circo como arte é apresentado em um espetáculo onde o artista é o herói que através de seus belos movimentos valorizando e superando seu movimentos evidencia o corpo como instrumento da arte, tornando o espetáculo um conjunto de perfeição de movimentos, gestos e domínio de si mesmo. (LOBO, Lilia Ferreira; CASSOLI, Tiago. 2006. p.64)

O Circo Popular e o circo escolar reúnem e recupera uma tradição artística que auxilia na transformação das crianças e jovens Negros e Negras. Este legado cultural...

“...tanto do circo, como dos diversos outros saberes e dispositivos, técnicas, que podem ser ativados pelo circo social e ocasionar a invenção, entendida aqui como resistência aos modos existência veiculados como normais e adequados. A potência da arte como poder do falso pode ser capaz de burlar as técnicas de normatização de certos saberes, transformando-as em outro posicionamento,...” (LOBO, Lilia Ferreira; CASSOLI, Tiago. 2006. p.64)

As práticas do legado circense aparecem oportunidades para que o novato artista circense alcance o afastamento das marcas, dores, decepções, frustrações, desilusões para que seja alcançada uma resistência às mazelas sociais contidas como uma força para superar as marcas trazidas pela pobreza mantida pela pobreza, mas, agora superada.

O Serviço Social no circo social

O profissional de Serviço Social neste panorama contemporâneo, percebe-se a necessidade ocupacional de atuação no Terceiro Setor identificado como um novo espaço de trabalho onde o mercado apresenta a necessidade deste profissional para cobrir determinadas tarefas fundamentais para que o projeto social e educacional aconteça para garantir os direitos de pessoas que necessitam de intervenções qualificadas de um profissional do Serviço Social. (NETTO, 1992).

Segundo Gohn (1998) com o surgimento das lutas em defesa dos direitos sociais que nunca deixaram de existir até hoje, estão marcadas na história de nosso país nos anos de 1970, 1980 e 2.000 as ONG's vem se constituindo como instituições que estão atuando seja como reivindicadoras sociais e como promotoras de projetos eficientes de transformação social "...onde as mesmas vêm crescendo e ganhando autonomia, e

hoje se constituíram em um universo próprio, organizado e menos politizado.” (MOTA, Lucineide dos Remédios. FERNANDES, Keila Chaves. 2017. p.5)

Para MOTA e FERNANDES (2017), o Assistente Social deve atuar observando as relações institucionais familiares com o objetivo de ser possível fazer intervenções com ações de integração de um conjunto de instituições governamentais em parceria para alcançar soluções e orientações sociais que possam garantir a cidadania e os direitos das pessoas. Neste sentido o profissional de Serviço Social torna-se relevante para o resgate da cidadania de crianças, jovens, adultos e idosos que estiverem à margem da sociedade, distantes dos serviços públicos e às vezes com risco de vulnerabilidade em várias áreas de atuação em sintonia com equipes técnicas multiprofissionais para...

Considerações

Ao analisar todos os fatos e fontes, a realidade de nossa sociedade carece de uma atuação mais eficaz tanto do Primeiro Setor - os governos, quanto do Segundo Setor - as empresas, quanto do Terceiro as ONG's e seus agentes sociais para que utilizem cada vez mais iniciativas como a do circo Social em parceria com os profissionais de Serviço Social para que tenhamos eficácia no enfrentamento a violência ao jovens Negros e Negras de nosso País, atuando em todas as periferias para erradicar doenças sociais e mudanças de paradigmas. O racismo estrutural pode sim ser mudado com ações de pequeno, médio e longo prazo com governança e políticas públicas em todas áreas preocupando com as ações afirmativas para proteção de nossa juventude Negra. O Circo Social é uma ótima ferramenta para essa intervenção social. E para isso o enfrentamento da violência surge como

resistência histórica da população Negra, se manifestando até no Circo Social exigindo que equipes técnicas venham fortalecer essa mobilização social a qual o técnico em Serviço Social vem contribuir e muito por saber como defender e garantir direitos das minorias marginalizadas na linha ou abaixo da linha da pobreza, jovens Negros residentes das periferias das cidades brasileiras. O Terceiro Setor se tornou o agente institucional que o movimento Negro está se institucionalizando para construir um enfrentamento mais equipado utilizando as leis e os serviços públicos para construir a médio e longo prazo uma cidadania negra mesmo que tardia.

Referências

- ARAUJO, Vera. *Caso Ágatha*. 01 de out. de 2019. O GLOBO. 2020. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/busca/click?q=mortes+de+jovens+pela+polícia++menina+agatha&p=1&r=1606864284079&u=https%3A%2F%2Foglobo.globo.com%2Frio%2Fcaso-agatha-sem-mae-reconstituicao-de-morte-tem-participacao-de-dois-pms-23987868&t=informacional&d=false&f=false&ss=&o=&cat=&key=4d29f44002aa26a4fccbf6cb3238a0f2>> Acesso em: 17 de nov. de 2022.
- BRASIL. *Declaração e Plano de Ação* In: Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Ministério da Cultura/Fundação Palmares. Brasília. 2001. “...o mesmo deve realizar perícias, laudos e pareceres técnicos relacionados à Assistência Social no âmbito da instituição seguindo as solicitações pelo assistente social.”...Portanto, assim... “as instituições do terceiro setor, a atuação do assistente social deve ter um atendimento integral e de qualidade social, como garantia de direito de inclusão aos programas ofertados pelo Governo Estado/Federal. Priorizando ações que caracterizam e alcance os objetivos, metas preconizadas pelo planejamento e estratégias da instituição contributiva. (MOTA, Lucineide dos Remédios. FERNANDES, Keila Chaves. 2017. p.10) Disponível em <<https://brasil.un.org/pt-br/150033-declaracao-e-plano-de-acao-de-durban-2001>> acesso em 17 nov 2022.
- CARVALHO, LUIZA S.. *POLÍTICAS DA INIMIZADE E O GENOCÍDIO ANTINEGRO NO BRASIL: um estudo sobre a intervenção federal no Rio de Janeiro..* In: IX Jornada Internacional de Políticas Públicas - JOINPP, 2019, São Luis - Maranhão. Anais da JOINPP 2019, 2019.
- GALLO, Fábio Dal. *A renovação do Circo e o Circo Social*. p. 25,29. ano.13 n° 15. 2010.2 UFBA-Bahia: Repertório,2020. Disponível em <https://portalseer.ufba.br/index.php/revteatro/issue/view/558> > Acesso em: 20 de out. de 2020.
- GOHN, Maria da Glória. *Participação de Representantes da Sociedade Civil na Esfera Pública na América Latina*. Política e Sociedade. v.10, n 18. P.203-244, abr.2011.
- GONÇALVES, L. Alberto; SILVA, Petronilha B. Gonçalves e. *Movimento negro e educação*”. In: Secad/MEC/ANPED. Educação como exercício de diversidade. Brasília: UNESCO/MEC/ANPED, 2005.
- LOBO, Lilia Ferreira; CASSOLI, Tiago. Circo social e práticas educacionais não governamentais. Psicologia e Sociedade (Impresso), v. 18, p. 62-67, 2006. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000300009>> com acesso em 18. nov. 2022.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: ed. N-1 Edições. 1° ed. 2018. 7° reimpressão.2020.
- MELLO, Sílvia Leser de. *A violência urbana e a exclusão dos jovens*. In: As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Bader Sawaia (org.). 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- MOTA, Lucineide dos Remédios. FERNANDES, Keila Chaves. *A Relação do Serviço Social e o Terceiro Setor: Um estudo a partir da ONG – NAVE em São Luís – MA*. 2017. TCC de conclusão de curso Serviço Social na IES Instituto de Ensino Superior Franciscano – IESF. Disponível em <<https://iesfma.com.br/wp-content/uploads/2017/10/A-RELA%C3%87%C3%83O-DO-SERVI%C3%87O-SOCIAL-E-O-TERCEIRO-SETOR-Um-estudo-a-partir-da-ONG-NAVE-em-S%C3%A3o-Lu%C3%ADs-MA.pdf>> com acesso em 18 nov. de 2022.
- NETTO, José Paulo, *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

PACHECO, Denise. BUENO, Samira. *O crescimento da letalidade policial e a invisibilidade dos dados de raça no país*. Fórum de Segurança Pública. Monitor da Violência. Portal G1.03 deset. De 2020. Disponível em <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/03/o-crescimento-da-letalidade-policial-e-a-invisibilidade-dos-dados-de-raca-no-pais.ghtml>> Acesso em: 17 de nov. de 2022.

PEREIRA, N. C.. *As reivindicações dos movimentos negros, o estado e as ações afirmativas no Brasil*. IN: Negros na sociedade e na cultura brasileira II. p.68. 1. ed. Goiânia: UCG, 2006.

RÊGO, Y. L. P. “Combinamos de não morrer”: transfobia, racismo e resistência à necropolítica entre pessoas trans negras em Goiás. 2021. 132 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

História das mulheres, relações de gênero e sexualidades em Goiás / organização Ana Carolina Eiras Coelho Soares, Murilo Borges Silva. - 1. ed. - Jundiaí [SP]: Paco, 2021.” **E se fossemos todos negros? Reflexões sobre o novo devir negro e a atualização pandêmicas das políticas de fazer viver e deixar morrer”.** pág. 607-631.

SANTOS, E. P. *O Circo Social no Enfrentamento da Violência: o trabalho social da Escola de Circo Dom Fernando na Região Leste*

de Goiânia 2018/2020. Monografia do curso de Graduação na Escola de Ciências Sociais e da Saúde no curso de Serviço Social na IES Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás. 2020. Disponível em <<https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/982/1/EMILIANA.pdf>> com acesso em 17 nov 2022.

SANTOS, Maria Rita. *Movimentos negros e ações afirmativas no ensino superior: resistências, diálogos e conquistas no Sul da Bahia*. Recorte da tese de Doutorado: Estratégias e Táticas de Permanência no Ensino Superior: Narrativas sobre experiências de estudantes negros cotistas na Universidade Estadual de Santa Cruz (2012- 2017) na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador, Bahia, 2020.

SANTOS, R. C.; CARNEIRO, M. Z. A. M.; PEREIRA, N. C.; *Os africanos na sociedade Goyana: entre os séculos XVII à XIX*. p. 377. IN: Desafios e perspectivas refletidas no tempo presente. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019. ISBN: 978-85-53111-58-9

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão a lava jato*. Rio de Janeiro: Leya. 2017.

SOUZA, Jessé. *Subcidadania brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Casa da Palavra, 2017.

Recebido em 2022-11-22
Publicado em 2023-01-01